

CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL (Decreto-Lei nº 413/1969) – IMÓVEL URBANO

Documentos necessários:

- ◆ Vias originais da Cédula de Crédito Industrial, contendo a assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais, com firmas reconhecidas, acompanhadas das cópias tiradas em impresso idêntico, com a declaração “Via Não Negociável”, em linhas paralelas transversais.
(Decreto-Lei nº 413/1969, artigo 9º e seguintes c/c artigo 32, § 1º c/c Lei nº 6.015/73, artigo 221, II Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 556 e artigos 505 e 506)
- ◆ Orçamento do crédito, assinado pelo financiado e autenticado pelo financiador, na hipótese em que a cédula faça menção expressa que a ela ficará vinculado.
(Decreto-Lei nº 413/1969, artigo 3º, parágrafo único)
- ◆ Se o emitente e/ou proprietário do imóvel dado em garantia for pessoa jurídica, apresentar:
 - a) Certidão Simplificada, atualizada em até 30 (trinta) dias, expedida pela Junta Comercial competente.
(Decreto-Lei nº 413/1969, artigo 9º e seguintes c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506 c/c artigo 502, § 2º, II, “d”)
 - b) Fotocópias do Contrato Social e demais alterações contratuais, se houver, inclusive o último arquivamento na Junta Comercial.
(Decreto-Lei nº 413/1969, artigo 9º e seguintes c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)
 - c) Fotocópias autenticadas dos Instrumentos de Procuração (se for o caso).
(Decreto-Lei nº 413/1969, artigo 9º e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)

Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.